
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 24 Número 66

13 de junho 2016

ISSN 1068-2341

Política de Alimentação Escolar Brasileira: Representações Sociais e Marcas do Passado

Silvia Alicia Martínez



Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
Brasil

Citação: Martínez, S. A., & Pinho, F. N. L. G. (2016). Política de alimentação escolar brasileira: Representações sociais e marcas do passado. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 24(66).
<http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v24.2241>

Política de alimentação escolar brasileira: Representações sociais e marcas do passado

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública brasileira regulamentada pelo Ministério da Educação e direcionada ao ambiente escolar, de caráter universal, que tem como foco principal a suplementação alimentar e a promoção de uma educação nutricional voltada para as instituições escolares públicas. Entretanto, adesão por parte dos alunos é baixa. A alimentação escolar brasileira é historicamente conhecida como “merenda escolar”, denominação que adquiriu no contexto da sua criação, em 1955, e que perdura até os dias de hoje no cotidiano escolar. Este texto pretende demonstrar que o passado fortemente assistencialista que envolveu a criação da política de alimentação escolar no Brasil deixou marcas duradoras na representação social desta refeição, impedindo, como consequência, a sua universalização. A partir desta premissa, foram desenvolvidos dois processos metodológicos simultâneos: por um lado, foi realizada uma pesquisa qualitativa com alunos, gestores e merendeiras, para captar as representações sociais dos envolvidos.

Por outro, foram revisitados documentos históricos da política, visando perceber algumas das raízes das representações sociais presenciadas na atualidade (Moscovici, 2011). Verificou-se que, apesar das melhorias na qualidade nutricional e no processo da oferta desta refeição no ambiente escolar, há ainda dissonância entre as teorias regulamentadoras e as práticas cotidianas vivenciadas nas escolas, agravadas por uma operacionalização inadequada da merenda. Constatou-se, ainda, que a maior adesão está associada ao aluno mais carente do ponto de vista socioeconômico, o que demonstra que ainda não foi possível superar a representação social da política como assistencialista.

Palavras-chave: política de alimentação escolar; adesão; representações sociais; vulnerabilidade social

Brasilian's school food policy: Social representations and marks from the past

Abstract: The *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE) is a Brazilian public policy initiative regulated by the Education Ministry and aimed, in a universal manner, at the scholastic environment, with supplementary nutrition and nutritional education in public academic institutions as its primary focus. However, student participation is low. Brazilian school food programs have traditionally been known as *merenda escolar*, a designation acquired within the context of its creation in 1955 that continues to be commonly used in schools today. The present text seeks to demonstrate that the strong welfare-oriented traditional context in which school food programs in Brazil appeared left lasting marks on the social representation of this school meal and consequently hindered its universal implantation. Based on this premise, two simultaneous methodological processes were developed. One was a qualitative study carried out among students, administrators, and food service workers designed to characterize the social representations of those involved. The other involved the use of historical policy documents in order to discern some of the roots of the social representations present today (Moscovici, 2011). The results indicate that despite improvements in nutritional quality and in the process through which school meals are provided, contradictions exist between regulatory theory and the daily practices carried out in schools, and that these inconsistencies are heightened by an inadequate implementation of the meal program. In addition, the study found that students from less privileged socio-economic classes take the most frequent advantage of the school food program, a fact which indicates that this program's social representation has yet to overcome its past association with public welfare.

Keywords: school food policy; participation; social representations; social vulnerability

Política de alimentación escolar brasileña: Representaciones sociales y marcas del pasado

Resumen: El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) es una política pública brasileña reglamentada por el Ministerio de Educación y direccionada al ambiente escolar, de carácter universal, que tiene como foco principal la suplementación alimentar y la promoción de una educación nutricional dirigida a las instituciones escolares públicas. Sin embargo, la adhesión de los estudiantes es baja. La alimentación escolar brasileña históricamente se conoce como “merienda escolar”, denominación que data de su creación en 1955, y que perdura hasta la actualidad en el cotidiano escolar. Este texto pretende demostrar que el pasado fuertemente asistencialista que originó la política de alimentación escolar dejó marcas duraderas en la representación social de esta comida, impidiendo, en consecuencia, su universalización. A partir de esta premisa, fueron desarrollados dos procesos metodológicos simultáneos: por un lado, se realizó una investigación cualitativa con alumnos, gestores y personal responsable por la merienda, para captar sus representaciones sociales. Por otro, se revisaron documentos históricos vinculados a esta política, buscando percibir algunas raíces de las representaciones sociales (Moscovici, 2011) presenciadas en la actualidad. Se verificó que, a pesar de la mejoría de calidad nutricional y del proceso de oferta de la

merienda en el ambiente escolar, hay disonancia entre las teorías reglamentadoras y las prácticas cotidianas vivenciadas en las escuelas, agravadas por una operacionalización inadecuada. Se constató, también, que la mayor adhesión está asociada al alumno más carente del punto de vista socioeconómico, demostrando que aún no fue posible superar la representación social asistencialista de los orígenes de la política.

Palabras-clave: política de alimentación escolar; adhesión; representaciones sociales; vulnerabilidad social

Política de Alimentação Escolar Brasileira: Representações Sociais e Marcas do Passado¹

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública direcionada ao ambiente escolar, regulamentada como universal, que tem como foco principal a suplementação alimentar e a promoção de uma educação nutricional voltada para as instituições escolares públicas brasileiras. O PNAE é regulamentado pelo Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa.

Em se tratando de alimentação, pode-se observar que os alimentos estão intimamente associados às representações dadas a eles. Sua simbologia seria então corresponsável por sua utilização e seu direcionamento nas diversas sociedades. Eles estão “interligados a certa memória coletiva” e refletem “memórias ou culinárias culturais que fundamentam e posicionam os grupos [de ideias divergentes] uns em relação aos outros” (Moscovici, 2011, p. 249). Portanto a concepção de bem-estar ou de natureza prejudicial de um alimento ou uma preparação alimentar passa não só pela sua composição nutricional como também pela representação atribuída social e culturalmente a ele.

A alimentação escolar brasileira é historicamente conhecida como “merenda escolar”, visto que no contexto da sua criação ela era assim chamada, não só no ambiente escolar, mas também na sociedade de então. Esta denominação perdura até os dias de hoje, criando contornos peculiares e característicos. Uma destas características, já confirmada por vários trabalhos científicos, é a baixa adesão por parte dos estudantes. Este texto pretende demonstrar como o passado fortemente assistencialista, que envolveu a criação de uma política de alimentação escolar no Brasil, deixou marcas na representação social desta refeição nos envolvidos com ela, impedindo, como consequência, a sua universalização.

A partir desta premissa, foi necessário revisitar documentos históricos da política, entendendo o passado como uma complexa rede de simbologias e rituais (Hobsbawm; Ranger, 2012) e pontuar sua observação como uma possibilidade de perceber algumas das raízes das representações sociais presenciadas na atualidade (Moscovici, 2011).

Na tentativa de reconstrução de parte da trajetória histórica, foram utilizadas como fonte de pesquisada as legislações da política de alimentação escolar brasileira, os decretos, artigos publicados nos jornais da época (presentes na Hemeroteca Digital Brasileira) e estudos acadêmicos sobre o tema (Abreu, 1995; Ávila, 2008; Bezerra, 2003, 2009; Caldas; Stefanini, 1997; entre outros). Nesta fase da

¹ Esse texto é uma adaptação das autoras do texto de Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ), sob autoria e orientação das mesmas autoras deste artigo. Agradecemos à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior) pela bolsa de Mestrado.

pesquisa pôde-se compreender a contínua relação entre a oferta da merenda escolar e a suplementação nutricional.

Então, foi necessário percorrer sobre as diretrizes de funcionamento atual do Programa Nacional de Alimentação Escolar no intuito de identificar as marcas do seu assistencialismo histórico.

Sob um viés qualitativo (Biklen, 1994; Bogdan; Clandinin; Connelly, 2011; Minayo, 2012), a preocupação era entender quais representações sociais (Moscovici, 2011) poderiam ser identificadas em alguns dos atores envolvidos na alimentação escolar. Após uma observação direta da oferta da merenda escolar em uma escola pública, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas com um grupo de alunos de 11 a 13 anos, com todas as merendeiras da escola e com as gestoras.

A escolha da instituição escolar pesquisada foi realizada por dois motivos principais: nela a merenda é considerada, pelo senso comum, como de ótima qualidade; além disso, pela localização geográfica central, a escola recebe alunos de diferentes bairros do município, com consequente diversidade socioeconômica entre os alunos.

Para atender aos objetivos propostos, o texto também se apoia na metodologia de análise histórica, recorrendo à pesquisa bibliográfica, aos estudos nos campos da nutrição, da educação e das políticas sociais.

Desde a sua criação, a merenda escolar apresentou uma característica perene, tendo sido encarada como ferramenta de apoio nutricional para as crianças carentes. Tal fato ofereceu uma indicação de que esta peculiaridade pudesse favorecer a formação de uma representação dos usuários desta refeição com uma certificação de sua carência. Isto porque, na história deste programa, em alguns momentos, este condicionamento entre merendar ou não e do tipo da merenda que se oferecia, dependia da condição socioeconômica do aluno. Este trabalho procura, por meio das marcas do passado, apontar as nuances desta questão memorial no discurso dos atores sociais envolvidos com a merenda na atualidade.

Vale destacar que desde o início do século XX as políticas de alimentação no Brasil tomaram forma e se ampliaram. E foi dentro deste panorama de ampliação que foram se sedimentando os chamados grupos de risco nutricional, os quais começaram a ter uma atenção especial. É então neste contexto que a alimentação veiculada à educação começou a se desenvolver, pois a infância passou a ser identificada como um desses grupos de risco e a escola foi eleita como *locus* privilegiado para atender tal grupo.

Uma Breve Trajetória Histórica do Programa de Alimentação Escolar no Brasil

A reconstrução da trajetória histórica do programa de alimentação escolar no Brasil exige um grande fôlego, tamanha extensão temporal, territorial, enorme grupo de atendidos e diversidade de rumos políticos os quais somam uma grande quantidade de informações e uma trajetória histórica em contínua construção. Sob esta ótica, não se teve a intenção de exaurir tal trajetória – feito, aliás, há muito deixado de lado pelos historiadores – mas tentar ver na mesma “a singularidade reconstruída” no lugar de uma “regularidade descrita” (Grenier, 1998, p. 185).

No começo do século XX, a merenda escolar foi entendida como de responsabilidade financeira do governo federal pioneiramente nas escolas de ensino profissionalizante, onde o oferecimento da refeição foi necessário para que houvesse uma melhoria nas condições de aprendizagem da população escolar atendida. Mesmo assim, apresentava descontinuidades no seu fornecimento, tendo, por muito tempo, parte do financiamento advindo das Caixas Escolares.

As Caixas Escolares eram reservas financeiras advindas de doações de pessoas da comunidade, de alunos que podiam pagar um valor para estudar e de eventos promovidos na escola. Elas tinham a finalidade de promover a “assiduidade escolar e sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres” (Carvalho & Bernardo, 2011, p. 147) e em diversas ocasiões foi referenciada como condicionante da oferta da merenda.

Uma das primeiras iniciativas, encontrada nos documentos, de oferta da merenda pelo governo federal foi nas Escolas de Aprendizes Artífices, de ensino profissionalizante direcionado às crianças socioeconomicamente carentes. No decreto federal de sua criação, em 1909, era especificado que o atendimento deveria ser a preferencialmente para os filhos de pessoas “desfavorecidas da fortuna”, segundo o termo do mesmo decreto:

Considerando:

- que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
- que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;
- que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação (Brasil, 1909, p. 1).

É importante ressaltar que, há tempos, faz parte dos planos de ação do governo a tentativa de levar as crianças para a escola como forma de minimizar o problema com a infância desvalida. Sabe-se que para muitas destas crianças mais carentes socioeconomicamente, a escola se caracterizaria como “local prioritário para a obtenção de alimentos, através da merenda” (Passetti, 1998, p. 365), não conseguindo preencher as lacunas de carência social em prol da diminuição da marginalização das mesmas.

No ano de 1925, houve o uso contínuo das Caixas Escolares para financiar a merenda escolar, com o consentimento e indicação do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, responsável pelas Escolas de Aprendizes Artífices (EAA). Para exemplificar tal afirmação, destaca-se um despacho da Diretoria de Despesa Pública para a EAA de Campos, no qual o Ministro se comprometia a ressarcir o dinheiro da Caixa Escolar empregado na merenda escolar, justificando que a interrupção do fornecimento da merenda havia determinado uma baixa na quantidade de alunos (Brasil, 1925). Como pode ser observado no trecho do Diário Oficial da União do dia 17 de junho de 1925:

Sr. director da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro — Campos: N. 2.321 — Declara que, em relação à suspensão da merenda escolar, que determinou a baixa, na matricula de alumnos, declaro que este ministerio, por aviso nº 2.231, de 2 de maio do anuo passado, solicitou a distribuição ao Thesouro Nacional do credito de 2:918\$032, destinado a Caixa de Mutualidade dessa escola, por intermédio da Collectoria Federal dessa cidade, e pede informações sobre os motivos que determinaram o não pagamento da merenda visto como poderia ter sido feito com os recursos da referida caixa (Brasil, 1925b, p. 13000).

É possível perceber uma representação social sobre a relação entre a oferta da merenda escolar e a evasão e repetência dos alunos. Isto porque nesta época começaram a se desenvolver estudos na

área de saúde pública, dos quais se destaca os de Josué de Castro que insistia na importância de uma alimentação adequada, principalmente na infância, como condicionante do desenvolvimento individual e social. Para este grupo de pesquisadores, era fundamental promover o entendimento de como a fome exerce uma “ação despótica, quase determinante, na ronceira evolução social dos grupos humanos” (Castro, 1984, p. 60).

Neste contexto histórico, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) foi criado em 1940, com o objetivo de promover as “vantagens que tem o trabalhador de se alimentar convenientemente [...] e da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna (Brasil, 1940, p. 1). Uma das ações promovidas por este órgão, sob a direção de Dante Costa, foi o oferecimento de um desjejum para os filhos dos trabalhadores vinculados à Previdência com a preocupação em atender, nesta refeição, as necessidades nutricionais dos mesmos.

Houve neste período um reflexo no pensamento “pedagógico, na legislação de ensino e nas iniciativas pela ampliação de oportunidades escolares” – impulsionador da merenda ao nível nacional – e do “avanço da internacionalização da economia” que por intermédio de seus empréstimos de capital financeiro, deixando o Brasil mais vulnerável “às crises, às desigualdades sociais, ao processo de exclusão e miséria” (Xavier, 1994, p. 211).

A política de alimentação escolar brasileira se tornou oficial em 31 de março de 1955, quando foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao, então, Ministério da Educação e Cultura. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Bezerra (2003, p. 452) destaca que essa mudança de nomenclatura intencionava, “uma vez que estava longe de ser praticada, abranger todo o território nacional” e, por outro lado, evidenciava a adesão ao “otimismo da ideologia desenvolvimentista” (Mello & Novais, 1998, p. 560), do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Sob um contexto de internacionalização das ações e políticas, nas décadas de 1950 e 1960 surgiu um elenco de programas de ajuda norte-americana na área da alimentação, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar. Fazia parte do acordo de cooperação internacional “Aliança para o Progresso” o chamado “Alimentos para a Paz” financiado pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Estes programas faziam parte da estratégia norte-americana do governo Kennedy que tinha a intenção de combater na América Latina a influência cubana e do regime socialista (Arapiraca, 1982).

Com intuito de relacionar a oferta da merenda e a evasão e o baixo aproveitamento discente, no ano de 1960, o *Jornal do Brasil*, em sua edição de nº 0024, do dia 29 de janeiro, publicou um relatório elaborado pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro, onde foi citada uma análise do ano anterior na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, relacionando a frequência das crianças e a merenda escolar. O trecho diz “70 por cento dos alunos matriculados nas escolas municipais somente comparecem às aulas, atraídos pelas merendas que lhes é fornecida”. E ainda reitera que o referido relatório constatou que “a merenda deveria ser uma complementação das refeições feitas em casa, mas, infelizmente, o pauperismo de grande parte da população escolar faz com que ela represente, na maioria das vezes, a melhor refeição do dia” (Setenta por cento..., *Jornal do Brasil*, 1960, p. 07).

Viam-se nesta época tentativas de expansão do atendimento, mas a diversificação da merenda escolar ainda era pequena, sendo o leite enriquecido com alguma farinha o principal alimento ofertado.

Apesar de ser um ponto comum, reconhecido pelos governos, que a frequência escolar estava ligada à oferta da alimentação, havia uma irregularidade na oferta da mesma (Bezerra, 2003).

Frequentemente havia notas jornalísticas sobre a falta da merenda para todos os dias letivos. Stefanini (1997) ressalta que alguns dados oficiais sobre a oferta da merenda muitas vezes eram incongruentes em relação ao número de dias letivos e a quantidade de refeição ofertada em relação ao número de crianças matriculadas no ensino público (p. 39).

Esta reflexão pode mostrar que as políticas sociais sofrem diversas interferências dos interesses então vigentes e que desde seu planejamento até sua implantação é importante analisar de que forma tais interesses tiveram e têm papel crucial e determinante como guia da política. Pode-se dizer também que a “interferência externa na definição de políticas nacionais não se dá mecanicamente de fora para dentro, mas vem resultando da conciliação de interesses entre grupos nacionais e internacionais e de sua inserção combinada” dentro da arena política (Falleiros et al., 2011, p. 105).

No ano de 1965, já com o regime civil-militar (Ferreira & Gomes, 2014) em vigor, o nome da Campanha Nacional da Merenda Escolar foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65. Nesta época, segundo Souza e Faria (2004), podia ser sentida uma conjuntura de interferência internacional na estruturação do estado brasileiro, assim como em toda a América Latina. Isto porque as políticas estavam sendo direcionadas com intensa interferência de organismos mundiais, como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento, e também por instituições de cooperação técnica, como UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), que pretendiam solidificar suas influências nos diversos setores, e como destacam os autores, também nas políticas educacionais (Souza & Faria, 2004).

Concomitante ao estímulo à industrialização, a merenda escolar dentro deste contexto de participação dos EUA junto ao Brasil, a partir da década de 1970, houve uma retração no Programa “Alimentos para a Paz”. E assim, em 1973, ocorreu o envio da última remessa de alimentos da Aliança ao Brasil. Nos Estados Unidos haveria dois motivos básicos para esta cooperação não ter continuidade: de um lado, o fato de as “ameaças comunistas” não serem mais tão evidentes e relevantes e, de outro, “não fazia mais sentido manter um programa de ajuda alimentar a um país que, àquela época, já exportava alguns dos produtos que compunham as doações e alardeava o discurso sobre o milagre econômico brasileiro” (Bezerra, 2003, p. 456).

A retirada das doações pelos órgãos internacionais de alimentos direcionados à população escolar se deu em meio a um conturbado período histórico de ditadura militar. A censura e a repressão de pensamento, opinião e atitudes assolavam os direitos civis e políticos (Carvalho, 2002) e novamente o direito social é expandido de forma a minimizar a crescente desigualdade social que afligia o Brasil, fruto da perturbadora dicotomia entre o chamado Milagre Econômico e o aumento das desigualdades entre as camadas da população (Carvalho, 2002).

O perfil educacional de então mostrava um “reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência” (Saviani, 2008, p. 367), o que era considerado um “entrave” para o desenvolvimento econômico “associado-dependente” traduzido pelo lema “segurança e desenvolvimento” sustentado fortemente pelo governo. Nesta linha de pensamento governamental influenciada pelos Estados Unidos, havia a necessidade de preparação de mão-de-obra para as empresas multinacionais recentemente instaladas no Brasil.

A desnutrição infantil continuava a ser um problema social de grande dimensão, e isto parecia ser um agravante da situação de baixa escolaridade. Pode-se ter um exemplo desta ligação com a reportagem divulgada em 27 de fevereiro de 1970, a qual relata o recomeço das aulas no município do Rio de Janeiro, sendo ressaltada uma chamada sobre a distribuição da merenda escolar nas escolas primárias e os alimentos fornecidos, os quais eram:

[...] de uma maneira geral, mingau com cobertura de caramelo. Mas a má alimentação dos alunos continuará a ser, em 1970, um problema sério, principalmente nos estabelecimentos freqüentados por crianças pobres. As verbas da Campanha Nacional de Alimentação Escolar são insuficientes e, segundo estatísticas, 3,5 milhões de escolares não recebem alimento algum.

Único alimento

Para muitas crianças, a merenda escolar constitui a única alimentação diária. Por isso diversas escolas servem um verdadeiro almôço. Segundo estatísticas da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, em cada 100 crianças, 60 vão ao colégio apenas para comer. As professoras que oferecem regularmente êsse tipo de refeição são as primeiras a saber disso: tôda a vez que avisam em aula que, no dia seguinte, não haverá almôço, a freqüência cai 60%. Os alimentos que as escolas recebem só dão para 103 dias do ano (Freqüência de alunos..., 1970, p. 14).

Em 1979, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob uma perspectiva social divergente no governo de João Batista Figueiredo (1979-1982), em que greves dos trabalhadores em todo o país tentavam “recuperar um salário mínimo defasado” (Carvalho, 2002, p. 180).

Neste ano, estudos sobre os registros oficiais de distribuição desta refeição apontam que não se conseguia cumprir todos os dias letivos, quando a merenda oferecida abrangia “apenas 70% dos 180 dias letivos”. A situação no Nordeste do país era ainda mais precária no que se refere à oferta da merenda escolar, pois os alunos puderam comer na escola em “somente 97 dias letivos (pouco mais de 50%)” (Burlandy & Anjos, 2007, p. 1223). Este panorama mostra que a merenda escolar não conseguia abranger todas as regiões brasileiras da mesma forma e continuidade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) manteve-se centralizado desde a sua criação oficial em 1955 até 1993. Tal modelo trazia inconvenientes tais como o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados.

Assim como as políticas públicas existentes no país no mesmo período histórico, o PNAE sofria de dificuldades de gestão e real distribuição e fiscalização da merenda escolar servida. Isto gerou alguns esforços de descentralização no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Caldas, 2013).

A descentralização oficial do PNAE só irá ocorrer com a Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994, dando início a uma fase distinta do programa. A responsabilidade de gestão do PNAE foi delegada aos municípios e aos estados brasileiros, mas se manteve a regulamentação federal e as esperanças de um suporte nutricional para a população de escolares.

O Atual Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Adesão dos Alunos

A centralização do programa até 1994 foi, na visão de Abreu (1995), razão de um “desrespeito aos hábitos alimentares regionais, com a introdução dos mesmos produtos formulados em todo o país” além de possibilitar o favorecimento aos “grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos produtores, com corrupção e desvios de verbas” (p. 26). Desde meados da década de 1980, para que a merenda escolar contivesse alimentos que pudessem ser de melhor aceitação dos alunos, já se discutia a necessidade de ter uma diferenciação entre os

complementos alimentares da merenda-base (arroz, leite em pó e macarrão) – os quais já eram distribuídos em algumas regiões – para tentar satisfazer hábitos e necessidades nutricionais dependendo de cada região brasileira atendida. Porém, essas iniciativas não significaram uma efetivação do respeito aos hábitos alimentares regionais, fato registrado por relatos documentais de diversas escolas (Stefanini, 1997). Além disso, havia uma contínua oferta de alimentos industrializados e pré-preparados.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o direito à alimentação escolar é assegurado como direito do cidadão. De início o direito era assegurado aos estudantes do ensino fundamental, o qual foi estendido somente em 2009 – no Capítulo III, Seção I, Artigo 208, inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 59 – para todos os estudantes da educação básica.

O direito assegurado pela Constituição de 1988 aprimorou o exercício de oferta da merenda por todas as escolas públicas e diversificou o cardápio. Puderam ser estimuladas as práticas de respeito aos hábitos alimentares regionais e possível fortalecimento de uma economia mais localizada.

Apesar dos esforços de descentralização quando “a questão federativa ganhou contornos mais límpidos na Constituição” foi possível observar uma peculiaridade característica das políticas brasileiras com a continuidade de “práticas históricas centralistas”. Vê-se este perfil também no Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a continuidade no plano federal do “papel de coordenação, normatização, supervisão e apoio técnico e financeiro” (Demo, 1993, p. 118), mas não lhe cabe mais a execução do programa.

A lei nº 8.913 de 1994 (que foi revogada pela atual Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) definia que os estados e municípios passariam a ser responsáveis pelo Programa; que o cardápio deveria ser realizado e acompanhado por um nutricionista, o qual seria o responsável técnico pela execução da merenda; que deveriam se respeitar os hábitos alimentares locais e que se formariam os Conselhos de Alimentação Escolar, órgãos formados por representantes dos gestores e da sociedade, com a função de fiscalização financeira e executiva da merenda escolar.

A preocupação com o oferecimento de um aporte energético e proteico pela merenda escolar apresenta-se constante desde a sua criação. Ressalta-se que este aspecto parece estar ligado ao fato da constância nos objetivos das leis ao longo do tempo, em mencionar sempre que a merenda escolar desempenharia o papel de contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil. Este interesse pode ser observado no atual objetivo declarado na Lei 11.947/2009:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009, p. 2).

Na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 também é proposto o atendimento das necessidades de macronutrientes (proteína, carboidratos e lipídios) e micronutrientes (vitaminas e minerais), estimulado pelo consumo de hortaliças e frutas. Esta efetiva preocupação com a variedade nutricional no cardápio escolar, e não só com o aporte energético, é fundamental para o bom desenvolvimento fisiológico e cognitivo infantil.

Outro avanço delineado foi a recomendação da restrição de alimentos industrializados, alimentos com excesso de açúcares simples e altos teores de sódio, bem como de gorduras saturadas. Tal fato certamente contribuiu para a melhoria da qualidade nutricional desta refeição.

Atualmente, o PNAE tem repasse automático (sem convênios periódicos) sob a forma de parcelas pré-determinadas e prestações de contas rígidas. Além disso, cobre todas as crianças matriculadas no ensino básico da rede pública, inclusive Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Houve, a partir de 2009, por intermédio da Lei 11.947/2009, a decisão do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) de preconizar que 30% dos recursos repassados pelo órgão ao estado ou município deva ser utilizado em alimentos advindos da agricultura familiar. Esta cláusula pretendeu estimular o comércio local e os pequenos produtores rurais, favorecendo a tradição alimentar daquele local.

Os avanços em relação à alimentação escolar se evidenciaram com a aprovação desta Lei, garantindo o fornecimento da merenda, mesmo que, por motivo de irregularidades, seja suspenso o repasse da verba. Além do mais, propõe uma maior participação popular nas decisões e fiscalizações do uso do dinheiro direcionado ao PNAE, por intermédio dos Conselhos de Alimentação Escolar.

Somando-se a isso, um ponto de grande relevância dos avanços do programa é o fato de que a sua atual legislação prevê que a educação nutricional seja o foco principal do PNAE, não só para a promoção de uma alimentação saudável pelas crianças, como também na ênfase à sustentabilidade e proteção do meio ambiente (Brasil, 2013).

É fundamental para as políticas públicas que haja uma regulamentação de seu funcionamento, bem como a possibilidade da existência de mecanismos de avaliação que meçam seu desenvolvimento e cumprimento das diretrizes propostas teoricamente. Stolarski (2005) considera que há a necessidade de realizar uma frequente avaliação como “ferramenta para subsidiar alterações de curso nas políticas públicas conhecidas como *policy learning*” levando em conta “o aprendizado constante na implementação de uma política pública” (Stolarski, 2005, p. 2).

Isto se justifica para que se possa ajustar, à medida que se efetivam os objetivos propostos, qualquer necessidade de correção. Um dos pontos que deve ser monitorado é a adesão das crianças ao PNAE. Ela revela se as crianças estão comendo a alimentação escolar com a frequência semanal desejável pelas diretrizes legais do programa.

Um estudo realizado por Sturion et al. (2005) observou a adesão à merenda escolar entre crianças de 07 a 14 anos. Nesta pesquisa, realizada em 10 cidades brasileiras – 02 em cada região, sendo uma cidade de pequeno porte e outra de grande porte, excluindo as capitais – queria-se perceber algumas indicações dos motivos da não-adesão. Para esta autora e sua equipe, uma alta adesão refletiria o consumo de 04 a 05 vezes na semana pelos alunos, e seria desejada conforme o preconizado pelo FNDE. No entanto foi observada que a adesão das crianças “é baixa, além de ser fortemente afetada pelas variáveis socioeconômicas, idade e estado nutricional dos alunos”. A maioria dos alunos que merendam frequentemente são “os mais novos, os que revelam algum tipo de comprometimento nutricional, os pertencentes aos estratos mais baixos de renda familiar per capita e aqueles cujos pais possuem menor escolaridade” (Sturion et al., 2005, p. 15).

Os dados apresentados por Teo e cols. (2009) no município de Chapecó – SC mostraram que, dos 686 estudantes entrevistados nas 21 escolas pesquisadas quanto à adesão ao PNAE, somente 23,2% aderiam diariamente à alimentação escolar.

Parece haver um indicativo de uma baixa adesão dos alunos à merenda escolar em diversas regiões do Brasil. Isso pode depor contra seu caráter universal e caracterizá-lo como focalizado já que parece atender um perfil de alunos mais carentes sócio-economicamente.

É importante salientar que os motivos encontrados pelos estudos citados nesta pesquisa para a não-adesão ao PNAE são diversos. Um aspecto importante para a adesão de uma refeição diz respeito aos inúmeros critérios estruturais, higiênicos e operacionais, com que um cardápio é realizado. Para termos uma boa aceitação e adesão da merenda escolar, é preciso garantir que a

mesma seja oferecida respeitando as qualidades nutricionais (aporte de nutrientes) e organolépticas (sabor, cor, textura, temperatura, odor) esperadas pelos alunos.

Apesar de não ser o único a interferir na adesão das crianças ao PNAE, um fator marcante nos estudos é a relação entre a adesão e a renda familiar do aluno. O que se salienta é que “à medida que aumenta a renda familiar per capita, a percentagem de alunos que revelam consumir a alimentação escolar com maior frequência tende a diminuir” (Sturion et al., 2005, p. 176).

Outros resultados de pesquisas corroboram a situação de baixa adesão ao PNAE, como descreve Brandão (2000), avaliando escolas localizadas no município de Campinas, onde ela pôde perceber um índice máximo de 60% de adesão dos estudantes, também de idade de 07 a 14 anos, ao programa.

A pesquisadora Martins e sua equipe (2004) observaram alunos da cidade de Piracicaba – SP, e os resultados apontaram para uma diminuição da adesão e aceitação da merenda dependendo do cardápio oferecido, aliado aos inúmeros critérios estruturais, higiênicos e operacionais, com que um cardápio é realizado.

A Merenda Escolar e a Vulnerabilidade Social

Conforme já suscitado, há uma constante atribuição de suplementação e reforço nutricional dada à alimentação escolar no Brasil. Isto pode ser percebido nos objetivos das leis, decretos e regulamentações ao longo de sua trajetória histórica. Nestes documentos do programa, mesmo antes de sua criação oficial, é possível ver a sugestão direta do papel desta refeição para contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil.

É necessário chamar a atenção para o fato de que o modelo mais presente na maioria das escolas brasileiras é de um período de permanência dos alunos de quatro horas. Havendo portanto, a oferta de no máximo duas refeições por turno, não sendo possível garantir todas as necessidades proteico-calóricas e de micronutrientes com estas duas refeições, apesar de poder contribuir com as mesmas.

É inegável que sendo uma das refeições diárias de uma criança caracterizada por melhor qualidade nutricional isso representará algum percentual importante para o seu crescimento e desenvolvimento, os quais estão intimamente ligados à oferta de uma alimentação adequada do ponto de vista nutricional (Brasil, 2002).

Dado tal apontamento, volta-se a pensar em como a regulamentação, sempre preocupada com a oferta da merenda escolar como um suplemento nutricional, pode vir a imprimir uma identidade condicionada pelo caráter assistencial voltado a suprir carências do estado nutricional infantil.

É importante ressaltar que a relação entre os Programas de Alimentação Escolar e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional é defendida sob algumas condições por autores como Belik e Souza (2009), os quais ressaltam que esta refeição oferecida de forma efetiva no ambiente escolar pode “reforçar os aspectos da produção e do consumo local, preservando hábitos alimentares” (p. 104). Além disso, poderia estimular a educação nutricional e o aprendizado sobre uma utilização segura – nutricional e ecologicamente – dos alimentos.

Sem dúvida, há pontos bem positivos da merenda escolar como promotora de melhoras na qualidade de vida das crianças beneficiadas. Mas embora “o alimento possa dar uma satisfação imediata ao estudante, as raízes da desnutrição nas crianças beneficiadas podem persistir” (Belik & Souza, 2009, p. 112), pois suas causas são socialmente determinadas.

É importante ressaltar os fatores “múltiplos condicionantes” (Monteiro, 2011, p. 32) que podem caracterizar a vulnerabilidade social. A maior exposição aos riscos de naturezas diversas

(econômicas, culturais ou sociais) pode levar a um processo de menores condições de acesso às oportunidades. Por tal motivo, são necessárias ações também múltiplas no intuito de garantir a melhoria das condições de risco dos alunos. Não sendo suficiente a oferta da alimentação escolar como forma de sanar os problemas de deficiências nutricionais.

Atualmente está em andamento um programa de cooperação entre o Brasil e a FAO (*Food and Agriculture Organization* – órgão ligado à Organização das Nações Unidas) chamado Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar (CGP/RLA/180/BRA, 2014), há a intenção em promover na América Latina um intercâmbio de informações e experiências sobre a efetivação da alimentação escolar, tendo como exemplo os eventos bem sucedidos no Brasil e nos outros países citando diversos motivos que justificam o fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar nestes países. São eles:

- Evitar a evasão escolar;
- Reduzir a limitação de aprendizagem e de desempenho escolar, devido à fome e à desnutrição;
- Reduzir as deficiências de nutricionais, especialmente de micronutrientes;
- Contribuir para o orçamento familiar (o PAE pode ser tratado como uma transferência de recursos para as famílias mais vulneráveis);
- Interromper o ciclo de fome enfrentado pelos agricultores familiares, por não poderem vender seus produtos em condições favoráveis e que, por isso, não geram renda para as famílias locais;
- Reduzir a insegurança alimentar e nutricional em situações de instabilidade financeira, política e ambiental (FAO/CGP/RLA/180/BRA, 2014, *online*).

Em consonância com os caminhos do entendimento histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como discorrido neste estudo, as justificativas usadas no referido acordo entre a FAO e o governo brasileiro mostram uma associação desta refeição com a carência socioeconômica e nutricional. A merenda novamente é utilizada como forma de combater a fome e a desnutrição infantil, evasão escolar e baixo rendimento educacional, cujas causas sociais não são o foco da intervenção do acordo.

É louvável estimular uma cooperação entre países no que se refere às suas experiências bem sucedidas sobre a alimentação escolar, mas deve-se questionar tamanha responsabilidade de apenas uma refeição diária, como é o modelo mais frequente nas escolas brasileiras.

Representações Sociais da Merenda Escolar

Na tentativa de entender se a presença do passado assistencialista da merenda escolar poderia ser percebida nos atores de hoje, o estudo tomou como base a observação e a fala de alguns destes protagonistas atuais (transcritas *ipsis literis* para o texto). Levando em conta que “os progressos da historiografia passam pela recusa do mito da objetivação e do método científico e pela aceitação do privilégio concedido à interpretação e a reconstrução a partir de vestígios e indícios” (Grenier, 1998, p. 185).

Quando se pretende perceber uma concepção própria de determinado grupo social é imprescindível “extrair da massa considerável de índices de uma situação social e de sua temporalidade” aquilo que está se querendo observar. E essa extração seria possível por meio da “forma de traços linguísticos, arquivos e, sobretudo, ‘pacotes’ do discurso” (Moscovici, 2011, p. 217)

destas pessoas. Assim, é plausível formar um conteúdo daquelas ideias, e tentar entender como elas são fundamentadas e motivadas.

O caráter qualitativo deste estudo isenta-o de gerar generalizações (Bogdan & Biklen, 1994) e que os dados aqui coletados não foram confrontados com as avaliações oficiais sobre o programa (tais como avaliações realizadas pelas entidades executoras e estudos de referência sobre o tema), mas sim encarados a partir do que os sujeitos ouvidos por essa pesquisa expressaram em entrevistas concedidas ao longo desse estudo.

As entrevistas pretenderam levar em consideração que “nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” (Moscovici, 2011, p. 224) e assim a sociedade preserva ideários que são repetidos e tomados pelas gerações atuais como conteúdos permanentes do cotidiano. Por isso, um dos fios condutores das entrevistas levou em consideração a possibilidade de percepção do passado assistencialista representado no discurso atual das crianças pesquisadas.

Entende-se que “à insignificância das ações individuais, permitiria reconstruir articulações e compreender de que maneira configurações distintas, regidas por lógicas sociais próprias, comunicam umas com as outras, sem procederem de uma matriz comum (Revel, 1989, p. 183-184).

A escolha do campo se fez devido à escola estar em uma posição geográfica central no município e ter a tradição de abarcar crianças de vários bairros e distritos, pertencentes a distintos perfis socioeconômicos. Neste sentido, viu-se como plausível perceber as diferenças das escolhas alimentares dos alunos de acordo com suas características próprias.

A cidade onde se localiza a escola estudada, Campos dos Goytacazes, fica no interior do Rio de Janeiro e é representativa das desigualdades sociais e econômicas que se espalham por todo Brasil. A cidade em questão possui uma população, segundo o censo do IBGE realizado em 2010, de 463.731 habitantes espalhados numa área de 4.026,696 Km² (IBGE, 2013). Em seu território, constam ao todo 679 escolas públicas de Educação Básica (distribuídas entre as três instâncias de governo federal, estadual e municipal), sendo que 281 atendem à pré-escola, 336 atendem ao nível fundamental e 62 escolas que oferecem o ensino médio.

Houve a preocupação em manter a escola em sigilo por motivos éticos e pela não interferência nos resultados obtidos. Esta escola atende o segundo segmento da Educação Fundamental (a partir do 6º ano) e o ensino médio.

Optou-se por realizar uma observação direta (Vergara, 2009) no sentido de perceber os acontecimentos da merenda escolar enquanto esta era oferecida na escola. Esta observação foi imprescindível para a formulação das questões desenvolvidas nas entrevistas, podendo desta forma, direcionar o entendimento acerca dos discursos dos atores pesquisados.

Para se pensar sobre as representações sociais, usou-se como embasamento as proposições de Moscovici (2011). Segundo essa perspectiva, as representações individuais e coletivas podem guardar um sentido geral que ultrapassa a sociedade que as viu nascer, mesmo podendo ser “sociais e historicamente localizáveis” (Moscovici, 2011, p. 220). Assim, no campo podia-se perceber a ideia de que a prioridade no atendimento deveria ser daqueles cuja situação econômica fosse mais deficiente. Isto porque esta era uma prática comum no passado do programa, vivido, provavelmente, pelos familiares das crianças entrevistadas. A mentalidade sobre a merenda teria sido construída nas gerações anteriores e faria parte da constituição das representações sociais atuais.

Como aponta Moscovici (2011) “o poder e a claridade peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (p. 38).

A intenção deste estudo foi tentar entender como as crianças matriculadas em escolas públicas, bem como os gestores e merendeiras, sentem-se em relação a esta importante política pública, a qual propõe um cunho universalista, pretendendo atingir todos os alunos da educação

básica matriculados nas escolas públicas brasileiras, independentemente da sua condição financeira ou nutricional. Mas o que se percebeu foi uma associação entre a merenda escolar e a sua focalização na vulnerabilidade social presentes no cotidiano da escola estudada.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar pretende contribuir com o desenvolvimento cognitivo dos escolares, visto que a fome, mais do que a desnutrição, prejudica a capacidade de aprender das crianças e assim, a merenda escolar então poderia servir “para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos” (Ceccim, 1995, p. 66).

Com base nas descobertas e reflexões levantadas pelos referenciais já citados, uma das problemáticas que se pretendeu levar em consideração apontava na direção de que alguns estudos nacionais revelaram que, na atualidade, há um panorama de adesão ao PNAE abaixo do esperado pelo seu órgão regulamentador, o FNDE. Desta forma pretendeu-se seguir as “pistas para dirigir o estudo e permitir contextualizar os novos resultados” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 65).

O processo de observação foi de suma importância no reconhecimento do cotidiano estudado de forma a compreendê-lo em suas nuances e “desvendar a lógica” (Minayo, 2012, p. 73) entre as relações dos atores que seriam alvo das entrevistas.

A Merenda Escolar sob a Ótica dos Alunos

Foram realizadas 21 entrevistas com alunos matriculados regularmente na escola estudada, com idade entre 11 e 13 anos e cursando do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental. Foram entrevistadas 14 meninas e 07 meninos, escolhidos ao acaso, em horário de aulas vagas. Optou-se por não entrevistá-los na fila de espera para servir a merenda, porque não se queria entrevistar somente os alunos que aderem ao PNAE, mas que fossem entrevistados também aqueles que não merendam frequentemente.

A análise de uma pesquisa qualitativa se preocupa principalmente com a “exploração do conjunto de opiniões e representações sociais”, pois não precisa abranger uma totalidade capaz de generalizar. Desta forma, focaliza-se na “dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características” sendo que “costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor” (Gomes, 2012, p. 79).

Os alunos da rede básica pública são os usuários foco do PNAE, já que a merenda escolar é voltada exclusivamente para elas. Não são contemplados neste programa os funcionários da escola, nem os docentes. Apesar disso, na escola estudada, havia o hábito comum de que todos que quisessem poderiam merendar, sendo esta uma prática comum no Brasil (Bezerra, 2009).

Para que se pudesse ter acesso ao que expressam os alunos, foram realizadas entrevistas durante duas semanas com estes sujeitos sociais. Eles foram questionados sobre o bairro onde moravam. O intuito deste questionamento foi o de verificar a informação obtida pelo senso comum de que a escola escolhida para a pesquisa era um lugar que recebe crianças de vários lugares da cidade e, possivelmente, de níveis socioeconômicos diferentes. A informação foi reiterada pelas respostas, pois nas 21 entrevistas foram citados como local de moradia 17 lugares diferentes do extenso município de Campos dos Goytacazes.

Após esta identificação, houve um interesse em entender um pouco sobre o ambiente familiar dos alunos com a intenção de tentar contextualizar a família destas crianças e qual a influência destas relações com os seus hábitos alimentares.

Esta preocupação com os hábitos alimentares das crianças e adolescentes se justifica devido ao fato destes estarem intimamente ligados ao contexto familiar desta faixa etária. Desta forma, eles

podem contribuir de forma negativa ou positiva para o surgimento das causas de morbidade entre a população mais jovem.

Um dos grandes problemas citados por estudos no campo da alimentação e nutrição é a mudança no perfil de morbimortalidade do brasileiro, causada por uma transição nutricional caracterizada pela “mudança dos padrões nutricionais, modificando a dieta das pessoas e se correlacionando com mudanças sociais, econômicas, demográficas e relacionadas à saúde” (Tardido & Falcão, 2006, p. 118). Isto quer dizer que as causas de adoecimento e de morte dos brasileiros vêm mudando com a modernização do país.

Para Tardido e Falcão (2006), as modificações dietéticas advindas do processo de industrialização alimentícia e do menor tempo em que se vem dispensando com o preparo da alimentação devido ao maior tempo fora de casa, estão causando danos às pessoas por um excesso de ingestão calórica e uma menor atividade física.

Por esse motivo, preocupou-se em questionar sobre quem preparava estas refeições. Da mesma forma em que foi perguntado às crianças se os responsáveis por elas trabalhavam fora do domicílio, isto porque o fato do trabalho com jornada extensa fora de casa é relacionado a uma maior dificuldade em consumir uma alimentação mais saudável. Dos 21 entrevistados, 17 alunos disseram que os responsáveis trabalham fora de casa. Houve ainda o relato de que 10 desses 17, disseram que todos os adultos responsáveis trabalhavam fora do domicílio por um período integral.

Em relação à preparação das refeições, 16 crianças disseram ser a mãe que as prepara. Sugere-se então que parte dessas mães têm que preparar as refeições ao retornarem da jornada de trabalho externo à casa, podendo optar por refeições mais rápidas e menos saudáveis.

Um aspecto interessante sobre a frequência com que os alunos comem a alimentação escolar foi mostrado quando 14 deles disseram aderir ao PNAE, mas somente 05 desses com adesão efetiva ao mesmo (frequência de 04 a 05 vezes na semana). Enquanto 07 crianças disseram não almoçar nunca na escola.

Os resultados encontrados em relação à adesão dos alunos ao PNAE mostram que, neste grupo, somente 23% têm adesão de 04 a 05 vezes na semana. O estudo sobre o tema, de Sturion et al. (2005) e sua equipe, salienta que em apenas 09 das 20 escolas avaliadas por eles, houve uma adesão diária superior a 50% (p. 167), o que também foi percebido na pesquisa. Deve-se ressaltar novamente que não se pretende compreender os resultados como sendo o panorama geral da escola nem, muito menos, do município, mas que os dados encontrados se assemelham aos estudos de referência.

Pode-se verificar que todas as crianças entrevistadas consideraram a merenda escolar oferecida como sendo “saudável”, em contrapartida com a compra dos alimentos oferecidos nos vendedores ambulantes ou cantinas externas, onde disseram, unanimemente, haver alimentos prejudiciais para a saúde. Assim, a justificativa utilizada para se preferir a merenda oferecida na escola em prol daquela que se compra nas cantinas que vendem lanches fora da escola, se faz, segundo a totalidade dos alunos entrevistados, com a prerrogativa de que, na fala das próprias crianças, comprar “é mais legal e divertido”.

Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), “a composição nutricional desbalanceada inerente à natureza dos ingredientes dos alimentos ultraprocessados favorece doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer, além de contribuir para aumentar o risco de deficiências nutricionais” (Brasil, 2014, p. 43), incluindo a obesidade.

Esses alimentos ultraprocessados têm um apelo sensorial de paladar, de propaganda e de facilidade no preparo que faz aumentar o seu consumo entre a população (Brasil, 2014). As crianças, em especial, são alvo desses apelos para o consumo que podem ser percebido por produtos com atrativos – como figurinhas, brinquedos e outros itens colecionáveis – que favorecem um consumo desmedido. Estes “hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações

socioculturais e que no mundo contemporâneo, a mídia desempenha papel estruturador na construção e desconstrução de procedimentos alimentares” (Tardido & Falcão, 2006, p. 122).

Procura-se então analisar o fato dos alunos entrevistados preferirem os alimentos sabidamente não-saudáveis com a reflexão de Moscovici (2011) sobre as representações sociais, que seriam:

[...] sempre derivadas de elementos nucleares “pseudoconceptuais”: arquétipos de raciocínio comum ou “pré-concepções” estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (*long durée*), isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status* de imagens genéricas. Na verdade, é uma questão de *topoi*, isto é, de “locais” de senso comum onde elas encontram a fonte de desenvolvimento e os meios de se legitimar, pois esses “locais” estão ancorados no perceptível (cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (cultura e seus ritos, isto é, suas partes operativas na representação) (Moscovici, 2011, p. 244).

A convicção das crianças sobre a experiência de escolher a compra ou a decisão de levar o que comer pode indicar uma valorização desta “experiência ritualizada” (Moscovici, 2011, p. 244), compartilhada pelos membros do mesmo grupo.

Como nos pontua Cerutti (1998), o grupo se rende a ideias comuns que os une em ações com um simbolismo previsto. Assim, “os impedimentos e os limites de suas capacidades de escolha dependem essencialmente das características de suas relações com outrem: inscrevem-se na rede dos compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe” (p. 240).

Posto isso, como já elucidado acima, somente o conhecimento sobre a característica nutricional não foi suficiente para “convencer” o grupo a merendar. É necessário que seja incentivada a propagação de uma educação nutricional de qualidade que proponha não só o entendimento sobre a bromatologia (estudo da composição química, nutricional e funcional dos alimentos), mas também que envolva a simbologia dos alimentos em questão. Neste caso, o alimento não-saudável foi priorizado por ter uma simbologia de prazer e pertencimento do grupo.

Seguindo em direção do entendimento das crianças sobre o programa, elas foram questionadas sobre o direito de merendar na escola. Todas elas responderam que era “direito de todos”. Apesar disso, ao serem perguntadas sobre que tipo de aluno elas percebiam que merendava mais vezes na escola, elas sugeriram que a opção de comer na escola, gratuitamente, é mais frequente quando a criança não pode comprar merenda. Concepção esta ilustrada pela fala de um aluno: “As crianças que não podem comprar, merendam mais vezes aqui” (aluno 5).

E, então, quando questionadas sobre o motivo de algumas crianças não merendarem na escola disseram:

“Eu acho que quem tem necessidade pra comprar comida aí tem que comer. Aquelas que têm condição, não sei [porque não comem], acho que porque não ‘sente’ vontade. Ou não quer. Ela pode escolher.” (aluno 20).

“Alguns falaram que têm nojo. Acho que têm outros que a mãe deles não deixa... outras falam que têm vergonha. Quem precisa come mais, mas a criança que come tem que gostar pra comer, senão não come” (aluno 05).

“eu acho que alguns alunos, que não merendam aqui, guardam a barriga pra comprar pipoca, salgado... Eles acham legal”. (aluno 19)

“Quem quiser comer, não é obrigatório. Se não puder comprar e quiser comer...”
(aluno 10).

“Acho que as crianças que não podem comprar comem mais vezes aqui” (aluno 13).

“Todo mundo pode merendar, mas eu acho que merenda mais quem não pode comprar lá fora” (aluno 14).

“Se eu pudesse comprar, comprava todo dia...” (aluno 07).

“Até me falaram que a comida daqui é gostosa, mas eu já me acostumei com a minha rotina de comprar lá fora. As coisas são mais gostosas lá fora, eu posso escolher... tem gente que não pode” (aluno 16).

“Eu acho que quem traz dinheiro não vem merendar, eles estão acostumados [a comprar]” (aluno 18).

Muitas crianças relataram a vergonha como sendo o motivo de não merendar na escola. Percebeu-se com isto que há uma representação trazida pela ideia pré-concebida de que a merenda traz consigo as marcas de seu passado, ainda presente, assistencialista e focalizada nos alunos carentes também nos atores principais, os alunos.

“Acho que eles têm vergonha.

Muitos alunos aqui [apontou para o pátio da escola] têm vergonha de merendar. Eles ficam constrangidos. Eu mesma não gostava, tinha vergonha. Só parei quando começamos a andar com a Larissa.”

Pesquisadora: Você não gostava e tinha vergonha por quê?

“Ah, eu pensava que as pessoas iam pensar:

- Ah, ela merenda porque não tem dinheiro, não tem comida em casa e come na escola!

Muitas crianças não almoçam na escola por causa disso.”

Pesquisadora: Você acha que este pensamento agora saiu da sua cabeça? Depois que vocês começaram a andar com a Larissa você acha que merendar é um direito seu?

“Com certeza” (aluno 1).

“Acho que eles têm vergonha.”

Pesquisadora: Por que eles têm vergonha?

“Sei lá. Têm vergonha de comer aqui.

Acho que eles pensam o que vão pensar deles por comer na escola.”

Pesquisadora: Então me diga como você acha que eles pensam.

“Acho que eles pensam: a pessoa não tem comida em casa e come na escola!”

Pesquisadora: Então você acha que existem alunos que pensam isso e por isso não vêm merendar?

“Isso mesmo! [riso].”

Eu pensava isso antes de sair com as meninas [aponta para o grupo], mas aí eu vi que não precisava ter vergonha” (aluno 2).

Há que se ressaltar que, no tempo da gestão centralizada, havia uma escassez da quantidade de merenda oferecida na escola, por isso eram priorizados os alunos carentes (Stefanini, 1997). Então, diante deste entendimento, sugere-se que poderia haver uma representação social da merenda como algo que é destinado a “quem não tem comida em casa”. Sendo assim, poderia haver a formação de uma memória sobre a merenda escolar – entendida aqui como um conjunto de informações passadas conservadas pelos sujeitos do presente (Le Goff, 1996) – que atravessara as gerações. Experiências vividas pelos pais e pelos avós das crianças entrevistadas poderiam ser observadas nas falas das mesmas. Isto porque se entende que a memória tem uma ligação íntima com as tradições familiares e com os membros de um mesmo grupo, “expressando continuidade e identidade daquelas tradições” e assumindo certas funções de “identificação cultural, de controle político-ideológico, de diferenciação e de integração” (Diehl, 2002, p. 117).

Entender a necessidade de propor uma educação nutricional ajustada às diversas dimensões dadas à alimentação é imprescindível para que ocorram mudanças efetivas dos hábitos alimentares, principalmente infantis. Como ressalta Grabovschi (2011), em seu texto sobre a representação social da alimentação e a influência cultural e familiar sobre os hábitos alimentares infantis, é imprescindível “entender a alimentação (e sua simbologia) em todas as suas dimensões (cognitiva, emocional, social) e especialmente levando em conta a construção coletiva dos mesmos” (p. 3).

Ao se considerar que a influência das experiências gravadas na memória familiar é uma peça importante para entender como as representações sociais se formam, é preciso que a educação nutricional – voltada para as práticas alimentares mais saudáveis – apreenda a alimentação em todas as suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Somente a partir daí, se poderia conseguir realmente promover as mudanças nos hábitos alimentares que possam ser prejudiciais à saúde em detrimento àqueles entendidos pela atual ciência como mais saudáveis.

A Merenda Escolar sob a Ótica das Merendeiras

A nomenclatura “merendeira” se refere historicamente aos manipuladores de alimentos – em sua maioria do sexo feminino (Fernandes, 2012) – que atuam na área de produção da alimentação escolar. Esta profissão se apresenta, na maioria das vezes, à margem do processo educativo da escola, o que é agravado pelo fato de que a tarefa de elaborar a merenda não exige “qualificação, a população que ocupa essa função é associada à baixa escolaridade e é culturalmente considerada subalterna” (Monlevade, 1995, *apud* Fernandes, 2012, p. 14).

As pessoas que preparavam a merenda na escola pesquisada não se identificaram como merendeiras quando questionadas sobre o seu cargo. Isto porque nas suas carteiras de trabalho, o cargo é identificado como cozinheira ou auxiliar de cozinha. Parece haver um sentido de não identificá-las como merendeiras já que se propõe que seja extinto tal cargo público. Ainda assim, estas pessoas são identificadas como “merendeiras” por todos os outros agentes escolares, aos quais se teve contato na pesquisa, bem como em outros estudos utilizados como referência (Bezerra, 2009; Fernandes, 2012; Santos, 2007; Teo et al., 2009; entre outros).

No que se refere à histórica necessidade de qualificação dos manipuladores de merenda, pode-se ilustrar que no dia 29 de dezembro de 1940, o Jornal *A Noite* publicou uma reportagem sobre a “Campanha da Alimentação entre os alunos das escolas fluminenses e a primeira turma diplomada no Curso de Alimentação e Nutrição do Estado do Rio de Janeiro” voltado para professores estaduais. A reportagem chama a atenção para o fato de que as crianças em idade escolar necessitam de cuidados especiais e que o “setor de racionalização alimentar” tem fundamental participação na saúde infantil. Pontuando ainda que o curso, finalizado no dia 13 de dezembro daquele ano, havia sido “organizado e dirigido pelo Sr. Figueiredo Mendes, técnico em alimentação”

para “cerca de cem professoras” com o intuito de “preparar o professorado para a campanha alimentar que o governo está levando a efeito nas escolas” (Comer bem!, 1940, p. 04).

Após a merenda escolar se efetivar como programa nacional, em 1956, aconteceu o seu convênio com os estados para que pudesse abranger todo o território do país. Destaca-se, assim, o convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Estado do Rio de Janeiro neste mesmo ano. Quando ainda em sua condição de Distrito Federal, o Rio de Janeiro firmou em 01 de junho de 1956 seu convênio com o MEC, entendido como um “acôrdo de cooperação” entre as partes quando se pôde observar uma recomendação de qualificação para as pessoas responsáveis pela manipulação da merenda escolar. Foi determinado como sendo de responsabilidade do estado “prestar [...] assistência técnica a todas as fases da Campanha, inclusive visitas ao Estado de médicos nutrólogos e dietistas, realização de cursos para a preparação de técnicos locais, cursos de divulgação e orientação técnica para professôres e obtenção de facilidades para o aperfeiçoamento de técnicos locais” (Brasil, 1956b, p. 10908);

E então, no ano seguinte à criação da CNME, podemos ver o mesmo esforço em prol de uma capacitação direcionada a pessoas envolvidas diretamente com a preparação da merenda escolar. No Jornal *Correio da Manhã – RJ*, publicado no dia 07 de fevereiro de 1957, há uma nota sobre um curso voltado às professoras da rede de educação estadual. A nota diz que o intuito do investimento da CNME é “formar elementos que se prestem aos serviços técnicos-administrativos da Campanha e supervisionem os programas municipais de merenda que venham a ser efetivados no Estado do Rio” (Problemas de nutrição, 1957, p. 4).

No ano de 1961, em 18 de outubro, podemos ilustrar tal pontuação, sobre a necessidade de qualificar as já nomeadas merendeiras, com uma nota jornalística sobre o início do curso de merendeiras em uma determinada escola do Rio de Janeiro. A reportagem enfatizava que o curso tinha o objetivo de “aprimorar os conhecimentos profissionais daquelas servidoras”, com o foco na “importância de sua missão e concitando-as a prosseguirem com dedicação, em seu trabalho em benefício aos estudantes cariocas como proveito que poderiam ter das aulas teóricas e práticas, as quais incluíam preparação do leite em combinação com diversos tipos de farinha” (Curso para merendeiras, 1961, p. 01).

Apesar desta preocupação com a qualificação das merendeiras ser histórica, o que se pôde observar na escola pesquisada foi uma quase inexistente atenção da Entidade Executora (municipal, estadual ou federal), nesse sentido. Deve-se entender que tal qualificação é um critério importante para a garantia de refeições de qualidade sensorial e higiênico-sanitária. E este critério é definido tanto nas legislações sanitárias atuais, como nos manuais operacionais elaborados pela própria Entidade Executora.

Nas entrevistas com as merendeiras sobre a sua qualificação, somente uma delas havia realizado um curso profissionalizante direcionado a esta função, três anos antes de sua entrada na empresa responsável pela sua contratação como cozinheira da escola. As outras sete relataram “nunca” terem feito nenhum curso de aperfeiçoamento na área e que aprenderam “na prática do dia-a-dia” (merendeira 03). Outrossim, houve unanimidade quanto ao interesse em participar de cursos de aperfeiçoamento, já que assim elas se sentiriam mais “seguras”.

A idade média das entrevistadas é de 48 anos, tendo a mais nova 31 e a mais velha 60 anos. Quanto ao tempo de experiência como merendeira, 04 delas disseram trabalhar com a merenda escolar de 2 a 5 anos, 03 delas relataram um tempo de atividade nesta área de 12 a 15 anos e somente uma delas (a mais nova de idade) disse estar trabalhando como manipuladora de alimentos há somente três meses.

Após os questionamentos de identificação, procurou-se atingir alguns meandros que possibilitassem atentar para as percepções das merendeiras a respeito do PNAE. De fato, a pessoa

responsável por preparar a refeição exerce um “papel social” (Revel, 1989, p. 183) de extrema relevância para o funcionamento da alimentação escolar.

Poderia se sugerir, então, que estes sujeitos sociais exercem uma influência direta na aceitação da merenda escolar, aparentemente por dois motivos: um deles mais operacional, já que como foi relatada pelas próprias entrevistadas, a forma de preparar os alimentos e o cardápio elaborado “mudam a quantidade de crianças que vêm comer aqui no refeitório” (merendeira 07). Isto significa que elas poderiam modificar a adesão dependendo de qual forma preparassem os alimentos. Outro motivo seria um papel que poderia ser exercido, o de ator da educação nutricional, encorajando a aceitação das crianças aos alimentos mais saudáveis.

Na observação direta, não se pôde verificar estes papéis sendo colocados em prática. Apesar das merendeiras estarem em contato direto com as crianças e por isso conseguirem perceber suas preferências e recusas alimentares, não era realizado um sistemático incentivo de educação nutricional. Acredita-se que as merendeiras poderiam exercer um papel mais contundente em relação à sensibilização das crianças para a aceitação de uma alimentação saudável.

No entender de Moscovici (2011), “o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu” (p. 173). No caso aqui em estudo, percebe-se, ao evocar esses sentidos, que quando as merendeiras foram questionadas a respeito da importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o que se conjectura, tendo em vista que as respostas foram todas positivas, foi que parece haver um engajamento destas pessoas com os objetivos da política de alimentação escolar.

“É muito importante. Porque eu acho que muitos alunos, os pais trabalham fora, não têm tempo. Os alunos da parte da manhã, que estudam na parte da manhã, fazem o lanche da manhã e saem daqui com a barriginha cheia... entendeu? Isso facilita muito. Pros alunos, pros pais. Não é falar mal, mas a maioria dos pais não preocupam muito, comem muito congelado, coisas de micro-ondas, não têm tempo...”

Pesquisadora: Então você acha que a merenda é importante por se preocupar em servir uma refeição saudável?

“Sim, aqui oferece legumes, salada todos os dias” (merendeira 01).

“Acho que é muito importante. Porque eu acho que muitas mães trabalham fora, mas ainda são donas de casa, mas não conseguem preparar as refeições. Elas jogam esta responsabilidade para a escola. Eu acho que eles têm alimentos, mas não têm quem prepare” (merendeira 02).

“É importante sim, porque muitos alunos a gente entende que eles se alimentam aqui. Eles vêm para a escola sem almoço. Vem para almoçar aqui. Muitos fazem cursos e outros, por questão de trabalho da mãe e do pai. Eu tiro por mim, que tenho um que tem preguiça de esquentar a comida. E eu deixo tudo pronto. As crianças são muito acomodadas. Eu acho que eles pensam que aqui tá prontinho e vêm pra cá” (merendeira 03).

“É sim. Importante porque as crianças comendo melhor, vão prestar atenção melhor e aprender mais na escola” (merendeira 04).

“Muito importante. Tem muita criança com muita fome. Por isso que eles brigam pela merenda. Pai e mãe, hoje, não querem fazer comida não, menina. É tudo na escola. Podem até ter o que comer direitinho, mas os pais não querem ter aquele compromisso. Deixam este compromisso só para a escola. Os pais cobram da gente. Quando acaba a merenda a gente faz alguma coisa, frita um ovo, porque a gente sabe que eles vêm com a barriga pura. Vêm contando que vão comer na escola, às vezes até fora do horário. Quem almoça aqui, fica pra jantar” (merendeira 05).

“Com certeza. Porque na escola é assistido por nutricionista e a comida é saudável aqui. Eu acho que se não tivesse aqui, a metade traria de casa e outra metade compraria. Eu percebo que de manhã as crianças merendam mais” (merendeira 06).

“Eu acho. Importante porque a maioria das crianças sai de casa sem comer. Não porque, muitas vezes, não tem o que comer, mas não tem costume de comer cedo. Lá em casa é assim, eles não têm costume de comer cedo. Comem mais tarde, moram longe. Muitos não podem comprar algum lanchinho, então este lanche que dão é muito importante. Agora não tem mais cantina na escola” (merendeira 07).

“Eu acho importante. Porque a maioria das crianças os pais trabalham e não têm como fazer. E muitos até nem têm em casa. Então a primeira refeição deles é aqui. É importante o governo dar este dinheiro” (merendeira 08).

Optou-se por apresentar todas as falas em relação à importância dada pelas merendeiras ao PNAE, pois há um ponto de interseção que une estas opiniões no sentido de atribuírem a adesão ao fato de os pais não elaborarem as refeições em suas casas. Pode-se perceber também o entendimento destes atores em relação ao sentido de alimentação saudável, já que mencionaram ser este um fator importante na característica do PNAE.

Pode-se sublinhar que as merendeiras sugeriram que os pais tendem a transferir para a escola a responsabilidade em preparar alimentos saudáveis. Elas indicaram em seu depoimento que havia um interesse dos pais na oferta de alimentação escolar para suprir uma ausência das refeições familiares.

Elas mencionaram também a influência positiva na adesão ao PNAE o fato de ter ou não dinheiro para comprar lanches fora da escola. Então, no traçado desses indícios, questionou-se a respeito da relação existente entre as crianças que merendam mais frequentemente e sua condição socioeconômica.

“Quem tem o poder aquisitivo maior e pode comprar não vem. Mas a grande maioria dos alunos não pode e lancham aqui” (merendeira 03).

“Acho que quando não merendam é que o pai dá algum dinheirinho, aí eles vão lanchar lá fora. Quando eles podem comprar então não vêm merendar” (merendeira 08).

“Muitos não podem comprar algum lanchinho, então este lanche que dão é muito importante. Agora não tem mais cantina na escola. A merenda é para qualquer criança, porque uns não têm como comprar e outros têm. Mas estão dentro da escola e estão no mesmo barco, né? É direito de todos, né? Não tem como falar:

‘você, que não tem dinheiro pra comprar pode comer, e você que tem dinheiro não pode!’ É errado fazer isso” (merendeira 07).

“Eu já conversei com minhas sobrinhas. Tenho 3 sobrinhas que estudam aqui. Elas dizem que não gostam e têm vergonha. Vergonha de ficar na fila, entendeu? Encontrei ela aqui outro dia e ela disse que tem vergonha, dos colegas. Não sei que vergonha. Meu filho estudava aqui e não comia também. Ele dizia que também não comia por vergonha.

Acho que os mais carentes merendam mais. Mas também tem crianças que tem vida boa e merendam. A maioria é de crianças mais carentes.” (merendeira 06)

Novamente podemos perceber que, apesar da mudança de concepção garantida constitucionalmente, do direito de todos os alunos das escolas públicas merendarem gratuitamente, existe uma associação entre a adesão e a condição de carência socioeconômica.

Estas agentes escolares, as merendeiras, vivenciaram como alunas uma realidade do programa de alimentação escolar bastante distinta da atual, da qual elas fazem parte da engrenagem. As representações sociais mesclam uma memória que se expressa por meio de experiências vividas, ou somente sabidas, de que algum conceito simplesmente é real. Moscovici (2011) nos atenta para o fato de que “nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente” (p. 37-38).

Entender-se-ia haver nas merendeiras uma dificuldade em se distanciar de uma realidade vivenciada por elas de uma oferta mais escassa e monótona. Como nos lembra Certeau (2001), as experiências de uma nova estrutura nos fazem interrogar “sobre as concepções, subitamente cobertas, como por uma sombra, pela realidade que elas acreditavam designar; um funcionamento parece comandar os saberes tidos até então como estáveis e determinantes” (p. 164).

Sobreleva-se a necessidade de que haja uma efetivação do que se propõe nas diretrizes operacionais do PNAE quando este designa que as merendeiras passem por periódicos cursos de qualificação promovidos sob a responsabilidade da Entidade Executora. Não se deve deixar de dar ênfase ao fato de que somente uma mão-de-obra de qualidade poderá espelhar uma merenda escolar de qualidade. Não se pode confiar somente nos saberes advindos da prática das merendeiras. Para além da nomenclatura da função, deve haver uma maior qualificação, resgatada por suas raízes históricas, destes agentes escolares fundamentais para a merenda escolar.

A Merenda Escolar sob a Ótica dos Gestores

Os gestores entrevistados possuem formação acadêmica em nível superior, licenciaturas, e exercem a profissão há mais de 20 anos.

Foi observado que os gestores da escola são também professores e atuaram nesta profissão em grande parte de suas carreiras profissionais, conforme relataram nas entrevistas. Isto se torna importante para favorecer uma maior harmonia entre os gestores e a comunidade escolar, pois como nos lembra a pesquisadora Alonso (2002) “o trabalho administrativo somente ganha sentido a partir das atividades pedagógicas que constituem as atividades-fim, ou propósitos da organização escolar” (p. 23).

Nas diretrizes do PNAE descreve-se o gestor como responsável pela execução final do programa quando a Entidade Executora (EE) opta por um modo de gestão denominado descentralizado (Vasconcelos, 2012) ou escolarizado (Belik & Chaim, 2009). Neste sistema, a EE

realiza o repasse financeiro destinado ao PNAE diretamente para a escola ou creche, onde esta se torna responsável pela execução da merenda escolar. Desta forma, o gestor acaba por reunir a responsabilidade de compra, organização, administração dos recursos financeiros e humanos, além da prestação de contas para a EE.

A legislação elaborada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a gestão do PNAE recomenda que a elaboração do cardápio da alimentação escolar e o acompanhamento da execução do mesmo sejam realizados por um nutricionista devidamente habilitado, o qual deve se responsabilizar tecnicamente pelo programa. No caso da Entidade Executora da escola em questão, os nutricionistas responsáveis técnicos pelo programa disponibilizam *online* o cardápio mensalmente, mas em “casos raros visitam as escolas” (gestor 03).

Posto isso, a responsabilidade pela organização e execução do mesmo ficam totalmente por conta dos gestores da escola. Esses apresentam uma autonomia em relação à compra de alimentos, escolha de fornecedores e as possíveis modificações do cardápio. Deve-se ressaltar que esta modificação é prevista pelas diretrizes do órgão executor. No próprio cardápio elaborado e disponibilizado pelas nutricionistas podem ser encontradas as ressalvas e os critérios que devem ser considerados no caso de haver necessidade de mudanças no planejamento semanal.

Havia o interesse desta pesquisa em entender a opinião dos sujeitos escolares selecionados sobre a importância do PNAE, pois parece extremamente pertinente entender como se sentem aquelas pessoas que são responsáveis pela organização e execução do programa em sua escola.

“Não acho que seja crucial, pois acho que a família devia ter condições de oferecer alimentação adequada e que a escola carrega esta função para si. O governo devia dar condições para estas famílias trabalharem e poderem comer direito” (gestor 01).

“Sim. Eu acho que é fundamental que haja merenda escolar porque nós temos crianças aqui na escola que não têm alimentação em casa e que vêm na escola com a esperança de comer. [...]”

Acho que a gente não aprende bem se estiver com fome, né?

Acho que aqui temos crianças que não têm mesmo alimentos em casa, mas são a minoria. Apesar de achar que cerca de 60% das nossas crianças são carentes. Acho que os pais trabalham e a criança prefere comer aqui” (gestor 02).

“Eu acho importante sim, sem dúvida. Pois tem crianças que chegam lá sem tomar nem um gole de café em casa. O desjejum é primoroso e aí não desmaia em sala. À noite o jantar é especial, pois eles vêm do trabalho e não têm que estudar com fome. Ninguém consegue estudar com fome.

Pesquisadora: Você acha que estas crianças que chegam sem comer não têm comida em casa ou não têm quem a prepare? Qual é o processo que acontece no seu entendimento?

De manhã tem criança que a mãe não levanta, ou saem atrasados e não dá tempo de comer. Mas grande parte deles, não come porque a mãe não faz, ou já saiu pra trabalhar ou nem levanta pra fazer. Eles falam pra gente o que acontece. Alguns não têm, mas a maioria não se organiza.

Para o almoço é o mesmo, elas comem na escola, porque assim já chegam em casa de barriga cheia” (gestor 03).

Ressalta-se que um dos gestores não concorda com a oferta de merenda nas escolas públicas, para esta pessoa o papel de fornecer alimentação para a criança deveria ser da família, a qual deveria ter condições socioeconômicas para tal. Deve-se complementar que este gestor estudou em uma escola

pública que não oferecia na época uma merenda gratuita. Ele relata, portanto, que seus pais, mesmo com poucas condições financeiras, o mantinham “alimentado e saudável para estudar” (gestor 01). Explica que por isso entende que o melhor seria que o “governo fornecesse condições para estas famílias trabalharem e poderem comer direito” (gestor 01).

Para os outros dois entrevistados, a merenda apresenta-se como importante. As razões se dividem, assim como na opinião das merendeiras, em duas. Uma seria o fato de algumas crianças não terem alimentos em casa e então viriam para a “escola com a esperança de comer” (gestor 02). E a outra razão é o fato de a família não estar possibilitando a preparação das refeições em casa. Assim, na opinião deles: “alguns não têm, mas a maioria não se organiza para preparar uma refeição de qualidade” (gestor 03).

Então, novamente o estilo de vida contemporâneo é citado como um dificultador para a promoção de uma alimentação saudável para as crianças. Deve-se considerar não só o fato de a família não ter tempo hábil para a preparação de refeições mais saudáveis, mas também a dificuldade de acesso aos alimentos mais saudáveis, já que estes são geralmente mais caros e raros. Como exposto na nova edição do Guia Alimentar para a População Brasileira: “Alimentos ultraprocessados são encontrados em toda parte, sempre acompanhados de muita propaganda, descontos e promoções, enquanto alimentos *in natura* ou minimamente processados nem sempre são comercializados em locais próximos às casas das pessoas” (Brasil, 2014, p. 106).

Há restrições para este hábito, já que o consumo excessivo de alimentos industrializados pode causar estado de subnutrição, como, por exemplo, a anemia e deficiência de Vitamina A. Além disso, frequentemente seu consumo elevado favorece a obesidade – devido à quantidade demasiada de gorduras e açúcares – e os agravos associados a ela, como diabetes, hipertensão e alguns tipos de câncer (Bleil, 1998, p. 01).

Os gestores também foram questionados a respeito da adesão dos alunos ao PNAE. Ao refletirem sobre quem eram as crianças que mais merendavam na escola estudada, concordaram que as mais novas merendam mais e que, quanto mais avançavam no ano escolar, mais compravam merendas. Além disso, apontaram detalhes interessantes:

“Percebi que de um ano pra cá têm mais crianças merendando. Acho que é porque estamos experimentando uma diminuição do poder aquisitivo no Brasil e com isso, as crianças estão sem escolha. Merendam ou ficam com fome, porque não estão podendo mais comprar tantas vezes” (gestor 01).

“Vejo que eles [os alunos mais velhos] gostam de comprar. Vejo uma sensação de liberdade por escolher o que comer. Acho também que falta informação em casa sobre alimentação saudável. Assim os pais não incentivam” (gestor 02).

“Quando tinha cantina na escola, eram menos crianças que comiam. Quando acabou, essa criança que não comia passou a comer na escola. Mais ou menos em 2009 ou 2010” (gestor 03).

Pode-se perceber, no discurso acima citado, uma linha comum no que se refere à compra de merenda escolar nas cantinas ou ambulantes. Na opinião destes gestores, comprar a merenda seduz e cria uma competição com a merenda gratuita. A pesquisadora Bleil (1998) adverte que as mudanças de comportamento alimentar podem ser atribuídas ao fato de que durante muito tempo alguns setores mais carentes da sociedade ficaram excluídos do consumo e agora “estão exercendo seu poder de compra, talvez buscando para além da praticidade, o *status* que estes produtos industrializados lhes fornecem” (p. 20).

Sob este entendimento, pode-se sugerir que também os alunos, sob o ponto de vista destes gestores, venham exercendo uma busca de *status*, oferecido pelo poder de compra. Da mesma forma, têm merendado mais ou menos, dependendo do seu poder de compra. Como foi ressaltado pelo gestor 01, “as crianças estão sem escolha”, devido à recente recessão econômica brasileira, a merenda gratuita estaria com primeira opção para as crianças. Um fato marcante na representação social da merenda, nesta opinião, seria o seu atrelamento ao fracasso econômico.

Tendo em vista o foco dado por esta pesquisa nos lampejos onde se podia vislumbrar o legado do passado assistencialista na representação social da merenda, o gestor 03 apresenta um discurso contundente neste sentido:

“Tem gente que não gosta de comer merenda de escola não.

Tem gente que acha que comer na escola é demérito! Vai mostrar que é pobre...

Tinha antigamente e tem até hoje este tipo de pessoa.

Não é não gostar, é esnobar a comida da escola. Você pergunta e eles respondem:

‘Ah não gosto de comer aqui na escola não!’[voz em tom de desdém].

[...] Eu acho que tudo depende da educação, as minhas filhas sempre comeram na escola e achavam ótimo, sem problemas. Os pais refletem na criança. Tudo é um reflexo da educação de pai e mãe. Os pais passam para os filhos que é vergonhoso merendar na escola.”

Pesquisadora: Você acha que parte das crianças que não merendam lá seria por causa disso?

“Sim, eu acho. A educação que recebe de dar mais do que pode para a criança. Aí a criança acha que almoçar na escola é coisa feia, vai parecer que é pobre. É uma vida enganosa que ele recebe em casa, ele continua.

Tem crianças que têm um poder aquisitivo bom e não tem estas frescuras. Comem na escola normalmente.

Eles acham que comprar é chique. Ele tem dinheiro, pode gastar... [tom de voz diferenciado]

Eu não acho que eles falam: ‘não come na escola não porque é vergonhoso!’, mas se você dá uma educação ao filho além do que você pode, sob mentira. A criança cresce com estas ideias, de que comer na escola é para pobre” (gestor 03).

O gestor é claro em suas colocações sobre esta representação da merenda como sendo algo voltado “para pobre”, indo de encontro ao direito do aluno em obter uma refeição no intervalo de seus estudos, corroborando com as questões levantadas neste trabalho.

Considerações Finais

Na cultura alimentar podem ser vislumbrados dois aspectos básicos: a irregularidade de certezas científicas nutricionais e os encantos e o arraigar da tradição. Aspectos estes que não estão distantes quando nos propomos a entender as políticas públicas dirigidas à alimentação escolar no Brasil.

Por outro lado, as representações sociais atribuídas aos alimentos possuem uma característica de “sistema de oposições” trazidas pelos diferentes enfoques dados a eles, “pelas ‘regras’ de consumo que são deles derivadas, até a multiplicidade de imagens e sentidos que isso produz” (Moscovici, 2011, p. 249). Isto possibilita compreender como um mesmo alimento ou

preparação alimentar provocar diferentes tipos de reações e sentimentos dependendo da cultura na qual está se enfocando.

A política de alimentação escolar ao longo do século XX esteve presente nas agendas políticas dos setores da Saúde e da Educação. Em consonância com os problemas enfrentados pelas políticas públicas no Brasil, a merenda escolar, antes de se tornar um programa de governo, apresentava um caráter fortemente assistencialista. Isto parece estar ligado ao entendimento brasileiro sobre os direitos sociais que acompanham nossa noção de cidadania (Carvalho, 2002).

Tais aspectos concludentes puderam ser tomados a partir da reconstituição da trajetória histórica, trilhada neste estudo, sobre a oferta da merenda. Vale lembrar que as respostas obtidas sobre o passado da merenda foram conseguidas devido às perguntas sob as quais este mesmo passado foi submetido (Bloch, 2001). Sendo assim, a procura pelo caráter fortemente assistencialista dado à merenda se confirmou pelos indícios achados, mostrando a intenção frequente em assegurar na prática o que se propunha no seu ideário inicial – garantir uma educação de qualidade mediante ao melhor estado nutricional dos alunos, principalmente os mais carentes.

Compreendidos os limites que possam ser subjacentes a esta pesquisa, foi possível entender a concomitância entre a ampliação da oferta de escolarização a todas as crianças por parte do Estado e a própria ampliação da oferta da merenda escolar no Brasil. Por meio das legislações que subsidiaram o PNAE desde a sua criação, pode-se entender que houve um favorecimento da associação do programa com a responsabilidade de cobrir carências nutricionais, as quais estariam ligadas às raízes de desigualdades sociais impregnadas na sociedade brasileira.

Porém esta oferta, tanto da escolarização como da merenda escolar, não se faz de maneira linear e homogênea por todo o país. É uma oferta marcada, segundo Romanelli (1986), por traços de mudanças deixadas a partir de 1930, com as “contradições políticas causadas pela luta entre as várias facções das camadas dominantes na estrutura do poder” as quais levaram a um processo de “manutenção e aprofundamento da defasagem entre a educação e o desenvolvimento em nosso país” (p. 127). Pode-se sugerir que este panorama ainda se faz presente hoje, visto que é possível perceber, pela observação da pesquisadora e por estudos sobre o tema, as diferenças tanto na qualidade do ensino em diferentes escolas públicas, como as diferenças na qualidade da alimentação oferecida nas mesmas.

Inegavelmente se podem reconhecer atualmente melhorias na qualidade nutricional e no processo da oferta desta refeição no ambiente escolar com uma maior adequação das necessidades nutricionais, da variação do cardápio, da preocupação com a diminuição da oferta de alimentos prejudiciais à saúde infantil, da promoção da sustentabilidade ambiental, por estímulo à produção local de alimentos, entre outros fatores que evidenciam um quadro mais adequado à oferta da merenda escolar nas escolas públicas brasileiras. Outrossim, alguns pontos cruciais ainda ficam descobertos pela dissonância entre as teorias regulamentadoras e as práticas cotidianas vivenciadas nas escolas, agravadas por uma operacionalização inadequada da merenda escolar.

Como um marco para a política social voltada à alimentação escolar, a Constituição Federal de 1988 considerou a essa como um direito de todos os alunos matriculados na Educação Básica no âmbito do ensino público nacional. Assim, a sentença de ser vista como um “favor” – característica histórica que até então se atrelava nitidamente à merenda escolar nas escolas públicas – foi revogada legalmente, dando a ela o status de direito constitucional. Apesar disso, o que se pôde ver com as entrevistas e observações levantadas por este trabalho foi que essa marca histórica ainda se faz presente nas representações sobre a merenda.

Houve a constatação que a maior adesão está associada ao aluno mais carente do ponto de vista socioeconômico, o que foi relatado pelos três grupos de sujeitos pesquisados – alunos, merendeiras e gestores. Esta associação entre a maior adesão e a carência socioeconômica depõe

contra o caráter universal descrito nas diretrizes atuais do PNAE, sugerindo que há um discurso de universalização, mas que na prática se mostra focalizado.

A representação social da característica histórica da merenda destinada às crianças carentes apresenta aos alunos de hoje uma dicotomia entre comer de forma mais saudável, gratuitamente, mas com a sombra de uma representação de carência; ou comer alimentos comprados, prejudiciais à saúde, mas com *status* de poder econômico e social.

Sob o prisma a que se teve a oportunidade de ver, envolvendo os escolares, os gestores e as merendeiras, uma das representações sociais que a merenda escolar pode assumir é aquela que parece reforçar uma condição de necessidade socioeconômica da qual parece estar presente no “inconsciente coletivo” (Ariès, 2011). Desta forma, apesar da merenda escolar ser um direito, carrega consigo a representação histórica e socialmente construída de ser, primordialmente, uma suplementação da carência nutricional.

Referências

- Abreu, M. (1995). Alimentação Escolar na América Latina: Programas universais ou focalizados/ políticas de descentralização. *Em Aberto, Brasília*, 15(67), 21-32.
<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/download/2032/2001>
- Alonso, M. (2002). O Trabalho Coletivo na Escola. In *PUC São Paulo. Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação*, (pp. 23-28). São Paulo: PUC-SP.
- Ariès, P. (2011). A História das Mentalidades. In Novais, F. A. & Silva, R. F. (Orgs.). *Nova história em perspectiva*. 1. (pp. 269-295). São Paulo: Cosac Naify.
- Belik, W., & Chaim, N. A. (2009). O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição, Campinas*, 22(5), 595-607. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732009000500001>
- Belik, W., & Souza, L. R. (2009). Algumas reflexões sobre os programas de Alimentação escolar na América Latina. Instituto de Economia da UNICAMP. *Planejamento e Políticas Públicas* (33), 103-122.
- Bezerra, J. A. B. (2003). Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): Rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil. (pp. 450-468) In Cavalcante, M. J. M. (Org.). *Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais*. Fortaleza: Ed. UFC.
- Bezerra, J. A. B. (2009). Alimentação e escola: Significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*, 14(40), 103-115.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782009000100009>
- Bleil, S. I. (1998). O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Revista Cadernos de Debate, UNICAMP*, 6, 1-25.
- Bloch, M. (2001). *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, T. M. (2000). Avaliação da aceitação e preferências de cardápios do Programa de Merenda Escolar em escolas municipais do ensino fundamental da cidade de Campinas. *Dissertação*. Campinas: Unicamp.
- Brasil. (1909). *Decreto nº 7.566 de 23 de setembro*. Cria as Escolas de Aprendizes Artífices. Rio de Janeiro. Diário Oficial da União. Na Hemeroteca Digital Brasileira.
- Brasil. (1925). *Expediente do Sr. Diretor Geral de Contabilidade, n. 2.321*, Diário Oficial da União, dia 17 de junho de 1925, p. 13000.

- Brasil. (1940). *Decreto-Lei N° 2.478 – 05 de Agosto de 1940* - CLBR DE 07/08/1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P. S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Diário Oficial da União.
- Brasil. (1956). *Decreto n° 39.007, de 11 de Abril de 1956*. Dá nova redação ao arts. 1º, 2º e 4º do Decreto n° 37.106 de 31 de março de 1955, passando a chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar. Diário Oficial da União.
- Brasil. (1956b). *Termo de convênio, Divisão de Orçamento, 01 de junho de 1956*, Convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Rio de Janeiro para a realização do “Programa de Merenda Escolar” neste estado. Diário Oficial da União, p. 10908.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 1988 art. 208 cap. III – O dever do Estado com a Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04 de fevereiro de 2015.
- Brasil. (2009). *Lei n. 11.947 de 16/06/2009*. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.
- Brasil. (2013). *Resolução CD/FNDE n° 26, de 17 de junho de 2013*. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE - Disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acessado em 11 de fevereiro de 2015.
- Brasil. (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2.ed. Brasília : Ministério da Saúde.
- Burlandy, L., & Anjos, L. A. (2007). Acesso à alimentação escolar e estado nutricional. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(5), 1217-1226. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2007000500023>
- Caldas, E. L., & Ávila, M. L. (2013). Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), *Revista Espaço Acadêmico*, 148, 77-84.
- Carvalho, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carvalho, R. A., & Bernardo, F. O. (2011) Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educação em foco*, Juiz de Fora, 16(3), 141-158.
- Castro, J. (1984) *Geografia da Fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares.
- Ceccim, R. B. (1995) A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. *Em aberto*. Brasília, 15(67), 63-72. Ministério da Educação e do Desporto. <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/issue/view/229>
- Certeau, M. (2001), *A cultura no plural*. 2.ed. Campinas: Papirus.
- Cerutti, S. (1998). A Construção das Categorias Sociais. In J. Boutier, & D. Julia, *Passados recompostos: campos e canteiros da História*, (pp. 233-242). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV.
- Clandinin, D. J., & Connelly, F. M. (2011). *Pesquisa narrativa: Experiências e história na pesquisa qualitativa*. Uberlândia: EDUFU.
- Comer bem! (1940). A Campanha da Alimentação entre os alunos das escolas fluminenses – e a primeira turma diplomada pelo Curso de Alimentação e Nutrição do Estado do Rio.

- Jornal A Noite*. 29 de dezembro de 1940. Edição 10375 (1), Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_04&pasta=ano%20194&pesq=comer+%20bem (busca por edição)
- Curso para merendeiras (1961). Na Escola “Anna Frank”. *Jornal A Noite*. Dia 18 de outubro de 1961. Edição B15861. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_06&pasta=ano%20196&pesq=merendeiras (busca por edição).
- Demo, P. (1993). *Desafios modernos da Educação*. 10. ed. Petrópolis: Vozes.
- Diehl, A. A. (2002). *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC.
- Falleiros, I., Castro, V. & Fontes, V. (2011). Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo. In R. A. Mattos & T. W. F. Baptista, *Caminhos para análise das políticas de saúde* (pp. 93-110). Porto Alegre: Rede Unida. Disponível em <http://www.redeunida.org.br/editora/biblioteca-digital/serie-interlocucoes-praticas-experiencias-e-pesquisas-em-saude/caminhos-para-analise-das-politicas-de-saude-pdf/view>. DOI: [10.18310/9788566659399](https://doi.org/10.18310/9788566659399)
- Fernandes, A. G. S. (2012). Alimentando o saber: o perfil das merendeiras, suas percepções em relação ao ofício e as possibilidades para a educação. Dissertação, UFRJ.
- Ferreira, J., & Gomes, A. C. (2014). *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Frequência de alunos (1970, 27 de fevereiro). Chega a estar praticamente normal. *Jornal do Brasil*, (1), 14. Edição 0275. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=freq%C3%BC%C3%AAnCIA+alunos (busca por edição).
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo (Org). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 31.ed. (pp. 79-108). Petrópolis: Vozes.
- Grabovschi, C. (2011). L'étude des représentations sociales de l'alimentation: Une approche développementale intégrative. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 8(16). Acesso em 23 de fevereiro de 2015, em <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/164/137>
- Grenier, J. Y. (1998). A História Quantitativa ainda é necessária? In J. Boutier & D. Julia, (pp. 183-192.) *Passados recompostos: Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV.
- Hobsbawm, E. (2012). Introdução: A invenção das tradições. In E. Hobsbawm. & T. Ranger (Orgs.) (p. 11-28). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira..
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Martins, R. C. B, Medeiros, M. A. T., Ragonha, G. M, Olbi, J. H., Segatti, M. E. P., & Osele, M. R. (2004). Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. *Saúde Rev.*, 6(13), 71-78.
- Mello, J. M. C., & Novais, F. (1998). Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. (p. 560-658). In Novais, F., (Org.), & Schwarcz, L. M. (Org Vol.). *Historia da Vida Privada no Brasil*, vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras.
- Minayo, M. C. S., & Gomes, S. F. D. R. (2012). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 31.ed. Petrópolis, Vozes.
- Monteiro, S. R. R. P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 17(2): 29-40.

- Moscovici, S. (2011). Representações sociais: Investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes.
- Passetti, E. (2008). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Del Priori, *História das crianças no Brasil*. (p. 347-375). São Paulo: Contexto.
- Problemas de nutrição, (1957, 7 de fevereiro). *Jornal Correio da Manhã* – RJ, 14. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=problemas+nutri%C3%A7%C3%A3o (busca por edição).
- Programa de Cooperação Brasil-FAO, (2014) Projeto de Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar (CGP/RLA/180/BRA). Disp. em <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/alimentacao-escolar> Acessado em 01/09/14.
- Revel, J. (1989). *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: DIFEL.
- Romaneli, O. O. (1986). *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 8.ed. Petrópolis: Vozes.
- Saviani, D. (2008). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2ed. Campinas: Autores Associados.
- Santos, L. M. P., Santos, S. M. C., Santana, L. A. A., Henrique, F. C. S., Mazza, R. P. D., Santos, L. A. S. & Santos, L. S. (2007). Avaliação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(11), 2681-2693. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2007001100016>
- Setenta por cento (1960, 29 de janeiro) dos alunos de escolas da PDF vão à aula para merendar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1(24), 7. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=setenta+porcento (busca por edição).
- Souza, D. B., & Faria, L. C. M. (2004). Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, 12(45), 925-944. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362004000400002>
- Stefanini, M. L. R. (1997). Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. *Tese de doutorado*, USP, São Paulo.
- Stolarski, M. C. (2005) Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. Dissertação de mestrado, UF Paraná, Curitiba.
- Sturion, G. L., Silva, M. V., Ometto, A. M. H., Furtuoso, M. C. O., & Pipitone, M. A. P. (2005). Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. *Rev. Nutr.*, Campinas, 18(2), p. 167-181. <http://dx.doi.org/10.1590/s1415-52732005000200001>
- Tardido, A. P., & Falcão, M. C. (2006). O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. *Rev Bras Nutr Clin*. 21(2). p. 117-24.
- Teo, C. R. P. A., Corrêa, E. N, Gallina, L. S., & Fransozi, C. (2009). Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. *Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.*, São Paulo, 34(3), 165-185.
- Vergara, S. C. (2009). *Métodos de Coleta de Dados no Campo*. São Paulo: Atlas.
- Xavier, M. E. S. P. (1994). *História da Educação: A escola no Brasil*. São Paulo: FTD.

Sobre as Autoras

Silvia Alicia Martínez

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

silvia-martinez@hotmail.com

Professora Associada no Programa de pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Doutora e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); Graduada em Ciências da Educação (Mar del Plata-Argentina). Fez Estágio de Pós-doutoramento na Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política e História da Educação. É líder do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Região.

Francine Nogueira Lamy Garcia Pinho

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

francinepinho@hotmail.com

Doutoranda e Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ) e Graduada em Nutrição pela Universidade Federal Fluminense (UFF-RJ).

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 24 Número 66

13de junho 2016

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A2 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China). Contribua com comentários e sugestões a <http://epaa.info/wordpress/> ou para Gustavo E. Fischman fischman@asu.edu.

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina),
Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Sherman Dorn, David R. Garcia, Oscar Jimenez-Castellanos, Eugene Judson, Jeanne M. Powers** (Arizona State University)

Cristina Alfaro San Diego State University

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale OISE, University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Elizabeth H. DeBray University of Georgia

Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy

John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski University of Illinois, Urbana-Champaign

Sarah Lubienski University of Illinois, Urbana-Champaign

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Susan L. Robertson Bristol University, UK

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis

R. Anthony Rolle University of Houston

A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider College of the Holy Cross

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Maria Teresa Tatto Michigan State University

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University

archivos analíticos de políticas educativas
consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Jason Beech**,
(Universidad de San Andrés), **Antonio Luzon**, Universidad de Granada

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad

Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner Universidad

Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la
Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de
México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana,
México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,
México

Pedro Flores Crespo Universidad

Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y
Sociedad (CEDES) CONICET,
Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la
Universidad y la Educación, UNAM,
México

María Guadalupe Olivier Tellez,

Universidad Pedagógica Nacional,
México

Miguel Pereyra Universidad de

Granada, España

Mónica Pini Universidad Nacional

de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación
Educativa y el Desarrollo Pedagógico
(IDEP)

José Luis Ramírez Romero

Universidad Autónoma de Sonora,
México

Paula Razquin Universidad de San
Andrés, Argentina

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de
Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia,
Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de
Investigaciones sobre la Universidad
y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo,
España

Jurjo Torres Santomé, Universidad
de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Juan Carlos Tedesco Universidad

Nacional de San Martín, Argentina

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago,
Chile

Antoni Verger Planells Universidad
Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés,
Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México